

Munhoz condena a retirada dos subsídios agrícolas

Stephanes diz que a crise marcará pensamento político

O deputado federal Reinhold Stephanes, (PDS-PB), disse durante o XXI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, no Centro de Treinamento da Telebrás, ontem que o encontro realiza-se em um período da maior importância para os destinos da economia brasileira, "a crise econômica que vem se alastrando por sobre o país e cujo término não se pode ainda prever, disse. "Deverá marcar profundamente o pensamento político e a evolução de nossa sociedade, desta crise não sairemos mais ricos, porém, certamente, mais sábios, embora muito se perca, muito se está aprendendo e mais ainda se aprenderá".

A correta interpretação de nossa realidade é que nos possibilitará conviver com os "tempos difíceis" e superar os obstáculos que se nos antepõem. Neste sentido, há algumas lições que as experiências e erros do passado nos deram e que serão fundamentais como orientação no futuro.

Aprendemos, por exemplo, que não se faz desenvolvimento agrícola somente com instrumentos financeiros que oferecem estímulos de curto prazo, em troca de distorções crescentes na alocação de recursos. Consegue-se, na melhor das hipóteses, um crescimento anômalo, em que o remédio vicia o doente e torna-o dependente. E a crise que estamos vivendo irá nos ensinar o custo desta recuperação. A indústria de insumos agrícolas encontra-se com a saúde seriamente abalada, sem as transfusões financeiras de que se tornou dependente. Muitos agricultores que mesmo agindo com racionalidade econômica, utilizando os instrumentos existentes — e entre eles há

um impressionante número de pequenos produtores — estão hoje enfrentando sérias dificuldades. Inúmeras cooperativas agrícolas demandam assistência imediata para saneamento de suas finanças.

EFICIÊNCIA

Todos estes fatos nos estão mostrando que: não há economia saudável sem uma elevada dose de eficiência técnica e econômica, não há política, criatividade ou "jeito" que resista à ineficiência. Hoje, como no passado, qualquer setor econômico quer público ou privado ainda se constrói com trabalho, inteligência e conhecimento, aplicados em caráter estável e permanente.

O esforço produtivo é a mola mestra do desenvolvimento, mas as duas últimas décadas, com a persistência do exôdo rural e as crescentes disparidades de renda entre a cidade e o campo, também nos mostraram que a continuidade deste esforço se torna insustentável se o meio rural não recebe sua contrapartida da sociedade, na forma de investimentos que aumentem o bem estar dos que nele vivem. O meio rural não é somente constituído por trabalhadores que plantam, criam e colhem; nele convive todo um segmento da sociedade que demanda educação, saúde, comunicação, energia, transporte, habitação, lazer e conforto. Enquanto a distribuição do capital social, no Brasil, privilegia abertamente o meio urbano em detrimento do rural, continuaremos contando com uma agricultura em que o mais precioso dos recursos produtivos — o recurso humano — passa por uma seleção negativa, sendo gradualmente enfraquecido e erodido.

Mostrando-se contrário à adoção da maxidesvalorização, Munhoz disse que ela não pode ter os efeitos ansiados. Passou o ano de 1982 estudando o assunto e justifica: não posso concordar com uma correção cambial que custa US\$ 36 milhões, sem saber quem vai pagar. A que taxa isso poderá ser recuperado, — perguntou.

Vender mais barato, não significa que o país vai conseguir mais dólares. Pelos números que tenho, e eles são poucos porque as autoridades não os deixam disponíveis, apesar do governo dizer que os

O professor Décio Garcia Munhoz, da Universidade de Brasília, abriu os painéis de debates, ontem, no XXI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, que está se realizando no Centro de Treinamento da Telebrás, criticando a retirada de subsídios agrícolas, dizendo que "esse assunto não pode ser tratado em gabinetes de autoridades monetárias".

Segundo ele, "na adoção de uma política nessa linha outros aspectos não os puramente monetários devam ser considerados, como problema do emprego, a demanda de bens e serviços, a necessidade de alimentar a população e supri- mento de matérias-primas para a indús- tria e geração de divisas".

Defendendo a necessidade de uma renegociação da dívida externa para evitar uma moratória unilateral que levaria o Brasil para o caos, Munhoz fez uma análise da economia agrícola no país nos últimos anos, dentro da temática: "A crise econômica mundial e seu efeito sobre o comércio internacional de produtos agrícolas".

Para o professor da UnB, o Brasil tem que assumir outra postura internacional. "O Brasil está endividado, tem que conseguir dólar a qualquer preço, mas não pode destruir o país internamente; as alternativas não estão só no mercado interno ou externo, o Brasil não pode permitir que o FMI deixe a política econômica desorganizada inteiramente, tal como aconteceu nos anos 60, que acabou levando o país à situação política que todos conhecemos".

Mostrando-se contrário à adoção da maxidesvalorização, Munhoz disse que ela não pode ter os efeitos ansiados. Passou o ano de 1982 estudando o assunto e justifica: não posso concordar com uma correção cambial que custa US\$ 36 milhões, sem saber quem vai pagar. A que taxa isso poderá ser recuperado, — perguntou.

Vender mais barato, não significa que o país vai conseguir mais dólares. Pelos números que tenho, e eles são poucos porque as autoridades não os deixam disponíveis, apesar do governo dizer que os



Munhoz: "O governo não pode destruir o País internamente"

resultados são favoráveis, insisto que não o são, pelo menos a nível de janeiro de 1982/81. A expansão se deu no ano passado aos níveis de 1973/74 e até abril de 1983, fora o petróleo e o combustível, caiu a 50%. Isso significa que o Brasil parou ou vai parar, ou então está vivendo de contrabando.

Falando sobre as recentes mudanças na política cambial, o professor afirmou que a Carta de Intenções com o FMI exigiu compromissos por parte do Brasil que alteram os controles voltados para defesa de preços de produtos agrícolas.

"O mercado externo tem problemas de ciclos (altos e baixos) e especulação. O Brasil vai definir a sua política cambial voltada para a defesa da política agrícola, o que é de interesse da economia industrial", disse Munhoz, explicando que, enquanto isso, "metade dos nossos produtos de exportação que são produtos agrícolas sofrem o reflexo negativo muito grande".

O economista defendeu, também, o subsídio à agricultura, principalmente para custeio, como a política de crédito agrícola ideal. "A política agrícola está sendo conduzida pela política monetarista em gabinetes. A consequência disso será a desorganização do setor, a elevação dos preços, o aumento da subnutrição e da mortalidade infantil. Situação essa que o IBGE resolve retirando as estatísticas ou inventando índices. A agricultura só será uma saída para a crise se eliminarmos a política monetária do país", disse o conferencista.

Quanto à competitividade no mercado externo, ele disse que as dificuldades são ligadas primeiramente à recessão da economia industrializada, que reduz a venda e o consumo. "Por outro lado, a situação de virtual insolvença de grande número de países, influem na redução de preços e na desvalorização cambial, o que impede de superar as dificuldades", concluiu Décio Munhoz.